

A UNIVERSIDADE, A GEOGRAFIA E A POLÍTICA COMO TENSÃO

THE UNIVERSITY, GEOGRAPHY AND POLITICS AS A TENSION

LA UNIVERSIDAD, LA GEOGRAFÍA Y LA POLÍTICA COMO TENSION

Giovane da Silva Mota

Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, Brasil
giovanemota@hotmail.com

Cincinato Marques de Souza Júnior

Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, Brasil
cincinat@ufpa.br

RESUMO

O ano de 2007 marca o início de uma profunda crise de acumulação no principal centro capitalista, os Estados Unidos, essa assume a forma inicial de dívidas hipotecárias e rapidamente se apresenta como a fragilização de títulos financeiros, como os *subprime*. É essa crise financeira que se espalha pelos centros capitalistas na Europa, nos anos que se seguem. Essa perspectiva nos permite traçar cenários para a Universidade e para a ciência geográfica.

Palavras-chave: Universidade; Geografia; Política; Tensão.

ABSTRACT

The year 2007 marks the beginning of a deep crisis of accumulation in the main capitalist center, the United States, which takes the initial form of mortgage debt and quickly presents itself as the weakening of financial securities, such as the subprime. It is this financial crisis that spreads through the capitalist centers in Europe in the years that follow. This perspective allows us to draw scenarios for the University and for geographic science.

Keywords: University; Geography; Politics; Tension.

RESUMEN

El año 2007 marca el inicio de una profunda crisis de acumulación en el principal centro capitalista, Estados Unidos, esa toma la forma inicial de deudas hipotecarias y rápidamente se presenta como la fragilización de títulos financieros, como los *subprime*. Es esa crisis financiera que se extiende por los centros capitalistas en Europa, en los años que siguen. Esta perspectiva nos permite trazar escenarios para la Universidad y para la ciencia geográfica.

Palabras clave: Universidad; geografía; la política; La tensión.

INTRODUÇÃO

O ano de 2007 marca o início de uma profunda crise de acumulação no principal centro capitalista, os Estados Unidos, essa assume a forma inicial de dívidas hipotecárias e rapidamente se apresenta como a fragilização de títulos financeiros, como os *subprime*. É essa crise financeira que se espalha pelos centros capitalistas na Europa, nos anos que se seguem.

No Brasil os primeiros impactos da crise financeira se fazem sentir a partir de 2010, momento em que o governo federal começa a redimensionar seus planos de ação, buscando a eficiência administrativa e funcional da máquina do Estado, de maneira a minorar os impactos mais profundos da crise no mercado de crédito e de futuros.

Na Universidade esse momento se marca pela busca da eficiência de gestão, a partir da setorização de investimentos e da maximização da qualificação de seus quadros. A ampliação do número de universidades e a sistematização na distribuição dos recursos, deixa claro que o papel destinado para a universidade na incorporação de parcela da sociedade que se mantinha a margem da inclusão qualitativa de postos de trabalho.

Assim a crise serviu para demonstrar a necessidade de um projeto de inclusão e qualificação ampliada da formação acadêmica, mas serviu também de justificativa para que a gestão política e administrativa da Instituição pudesse efetivar e consolidar as políticas do Governo Federal de reorientação dos rumos do ensino superior, sua missão, metas e objetivos.

A REFORMA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Na realidade local a reforma que já havia sido iniciada, em um caráter mais incipiente, na gestão Alex Fiuza de Melo, 2006-2010, prossegue, ganha corpo e se consolida no atual período. O discurso de austeridade administrativa e de universalização e transparência de critérios no trato público assume a forma de uma política administrativa sincrônica na esfera da Reitoria, somando-se a uma ação de neutralização e cooptação dos movimentos contestatórios internos.

A liberação de recursos em setores novos, a aceleração na montagem de infraestruturas, o pesado investimento na qualificação dos professores e técnicos e uma forte aliança política com o governo do Estado dão o tom do projeto adotado pela Reitoria. A cooptação de importantes quadros de professores-pesquisadores ao horizonte da burocracia administrativa e política; um forte movimento de ‘internacionalização’ da UFPA, através de convênios internacionais, contratos de visitantes e outras modalidades; um enorme esforço em assumir, definitivamente, o posto de ponta acadêmica e tecnológica no desenvolvimento regional são amostras do novo roteiro a ser seguido.

A descentralização e a autonomização da gestão e uso dos recursos e espaços libera a administração superior das mazelas do cotidiano acadêmico e permite uma maior agilidade de movimentos na implementação de políticas maiores e na regulação dos setores e pontos estratégicos para a Instituição, por exemplo, os núcleos, a pós-graduação acadêmica e profissional, as incubadoras de tecnologias, o parque tecnológico, em parceria com o governo

do Estado, a criação de programas de pós-graduação profissional e técnicos, entre outros, arrematam a configuração do novo projeto de Universidade.

Essas novas formas do fazer administrativo aliadas a uma forte regulação da ação política tem permitido que o caminho proposto pela atual gestão se realize sem fortes atribuições políticas ou administrativas, mesmo no momento da longa greve de 2012.

Tabela 1 - Quantitativo de docentes efetivos da Educação Superior por titulação em 2012.

TITULAÇÃO	QUANT.
Graduado	67
Aperfeiçoado/Especialista	144
Mestre	879
Doutor/Pós-Doutor	1.220
Total	2.310

Fonte: DINFI/PROPLAN – Fita Espelho SIAPE – dezembro 2012



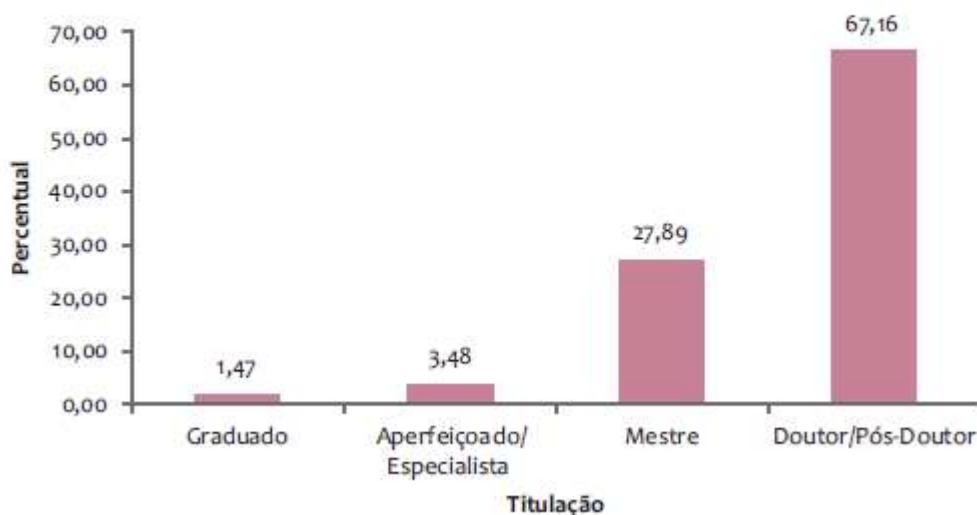
Gráfico 1 - Percentual de docentes efetivos da Educação Superior por titulação em 2012

Tabela 15 - Quantitativo de docentes efetivos da Educação Superior por Titulação em 2016

TITULAÇÃO	QUANTIDADE
Graduado	35
Aperfeiçoado/Especialista	83
Mestre	665
Doutor/Pós-Doutor	1.601
Total	2.384

Fonte: PROGEP - dezembro 2016

Gráfico 5 - Percentual de docentes efetivos da Educação Superior por Titulação em 2016



Os números acima, extraídos dos relatórios da PROGEP e PROPLAN da UFPA, para os anos de 2012 e 2016, servem apenas pra ilustrar as afirmações postas, em relação aos docentes, no que diz respeito à formação em pós-graduação. Vemos claramente a importante evolução da qualificação num recorte temporal curto, mas que nos permite demonstrar o forte incentivo e investimento orientado.

Assim, vemos se afirmar um novo projeto em que mudanças fundamentais na concepção de Universidade demarcam, não somente, uma substituição de discurso, mas, e principalmente, uma substituição de projeto de ação.

A INVERSÃO DO PROJETO

A Universidade tal qual conhecemos, na qual um projeto humanista e cooperativista se sobrepuja ao olhar tecnocrático e intervencionista, vê agora a inversão dramática dos polos paradigmáticos. Um simples olhar na lista de projetos aprovados e em execução, pela PROPESP e PROEX, dão conta da dimensão dessa mudança. Da Universidade que chamava ou buscava a comunidade na construção de alternativas para a solução de problemas passamos a uma Universidade que já apresenta modelos testados e acabados, formatados em experimentações ou aperfeiçoamentos laboratoriais.

Não estamos falando da primazia da velha teoria dos modelos e estruturas, da primeira metade do século XX, bastante utilizada pela Geografia Teorético Quantitativa, mas do pensamento pós-estruturalista, fundado em equações derivativas e na teoria dos sistemas não-lineares. Nessa atualização da teoria sistêmica não se busca mais o equilíbrio com a adoção de medidas que atinjam o sistema como uma totalidade, ignorando ou corrigindo via coerção as “falhas sistêmicas” (diferenças e/ou contradições). Busca-se, agora, a intervenção direta na “falha”, entendendo que esta nada mais é do que uma variável derivante, que destoa do protocolo sistêmico enunciado. Portanto, segundo esse raciocínio, corrigir o sistema seria o mesmo que transformar a “falha” em regra, por isso basta corrigir ou suprimir a “falha em si mesma”.

A teoria dos sistemas não-lineares vem consolidar o suporte explicativo desse argumento. Ao buscar a compreensão de que o todo sistêmico resulta da soma de diferenças, funcionando em sincronia não regulada, o *mainstream* traduz a contradição social como resultante das diferenças causais, que vão da etnia à cultura; das identidades regionais aos padrões de consumo; dos hábitos alimentares à moda; nalguns casos extremos, retomando as influências ambientais e climáticas.

Ao reduzir o sistema à soma das diferenças extirpa-se a possibilidade de uma ação conjunta e articulada, e coloca no horizonte a solução especializada e parcelada do problema ou fato, fragilizando a compreensão do todo e excluindo a ideia de contradição social. Nessa nova lógica, sobre as diferenças causais não se imporia um arranjo ideológico superestrutural, fundado na apropriação desigual do valor resultante da exploração do trabalho coletivo. A ideia de desigualdade é substituída pela ideia de diferença. A desigualdade é universalizante, a diferença é pontual e derivativa.

Aqui retomamos, então, o papel da Universidade. O velho modelo humanista, sob o qual foram construídos os horizontes da Universidade, buscava pensar um projeto de superação social qualitativo, no qual a busca das respostas e soluções estava intimamente

ligada a problemas criados nos arranjos infra e superestruturais maiores. Problemas criados na gestão de políticas de ação pública que desconsideravam as graves desigualdades sociais, materializadas na profunda fissura social e econômica, resultante da história de acumulação e expropriação que marcam a sociedade brasileira.

É esse referencial que se perde, em seu lugar ocorre o novo modelo, para o qual o horizonte universalizante perde espaço para o olhar especializado e pontual. Como projeto, esse modelo, abandona a busca da **superação qualitativa** e concentra-se na **solução quantitativo funcional**. Nessa perspectiva, a construção de projetos irá obedecer a lógica da elaboração de respostas e/ou soluções diretas ao problema ou fato em questão. O problema existiria como um ‘em-si’, para o qual as respostas estariam no seu ajustamento e/ou correções de desvios; nesse sentido, não haveria um problema no sistema, mas no fato em-si, que deve ser reformado para restaurar a ordem.

A questão não estaria mais centrada no modelo exploratório, e sim no uso inadequado dos espaços, recursos e mão-de-obra, para os quais os procedimentos recairiam numa adequação e/ou correção de usos. Assim o foco da superação seria substituído pela idéia de desenvolvimento equilibrado e regulado, adequado ao modelo de crescimento sistêmico. Dessa forma, o sistema como totalidade somente seria visível e reconhecível quando a parte já estivesse devidamente ajustada e adaptada às regras do funcionamento. O “erro” ou a “falha” não seria do sistema, mas sim da parte “não ajustada” ou “defeituosa”; o que nos geraria um desenvolvimento por redução de riscos ou falhas ou, num linguajar mais afeito a Geografia, desenvolvimento sustentável.

Estamos, assim, diante de um novo tipo de modelização, não mais a modelização baseada em arranjos ideais ou cálculos matemáticos puros, executáveis sobre uma realidade isotópica; mas agora, uma modelização baseada nas “falhas” ou “erros” de execução dos projetos ou, ainda mais grave, numa modelização das “falhas” detectadas no acontecer espontâneo. Sujeitos são atores; espaço, territórios e lugares são unidades de ação (ou, como gostamos, unidades escalares); infraestruturas, recursos e mão-de-obra são variáveis. Vemos assim expressos na teoria pós-estruturalista os acordos que darão o tom da incorporação do saber produzido na academia.

Aqui, o processo de globalização da economia serve de caldo para o devido alinhamento do pensamento e para os mecanismos de legitimação que vão incidir diretamente sobre as relações sociais.

Nesse cenário, ao forjar esse substrato de legitimação funcional e operacional, os países hegemônicos demarcam os caminhos a serem observados pela totalidade do sistema

capitalista. Daí que, pra garantir a sincronia de ações sistêmica, os países envolvidos nesse modelo proposto necessitam reformular suas estruturas políticas, técnicas e profissionais, de modo a construir e afirmar a nova regulação.

A reorientação das estruturas produtivas, a ampliação dos sistemas técnicos e a funcionalização da força de trabalho estabelecem os novos ritmos da apropriação capitalista. É a esse conjunto de expectativas e adaptações que a academia busca dar respostas atualmente e, é desse olhar macro funcional que derivam as reformas no ensino superior.

Enquanto isso, fruto da expansão técnico-científica e do aprofundamento da globalização do capitalismo financeiro, são refeitos os horizontes societários assentando-os nessa inversão de polos e perspectivas paradigmáticas, já referenciadas. Percebemos então, que as novas gerações que acessam a Universidade já chegam, em sua maioria, forjada por esses referenciais, que foram adotados nos países periféricos do sistema a partir do início dos anos 90.

Essa mudança geracional afeta profundamente o diálogo da academia com os anseios trazidos pela “garotada”. As perspectivas sociais e profissionais dessa nova geração divergem, em alguns casos, profundamente das formas e pressupostos sobre as quais a Universidade está assentada, daí o reforço aos discursos que propagam os ajustamentos institucionais.

Nos anos 30 até 50 as perspectivas, do pensamento político-econômico e os anseios médios da geração que construiu aquele momento, situavam-se na criação do Estado Brasileiro como grande gestor do território, que objetivava uma institucionalização da propriedade e das regras de produção. Nos anos 60 até 80 essas perspectivas direcionam-se para o fortalecimento do Estado jurídico e o reforço às instituições nacionais e ao território como nação, bem como, durante o regime de exceção, o resgate das liberdades civis e os reforços às instituições do Estado de Direito. Os anos 90 marcam a incorporação de importante parcela da sociedade brasileira ao consumo e ao acesso as instituições garantidoras do mínimo de cidadania.

Entretanto, as mudanças geopolíticas que marcam o final dos anos 80 e início dos anos 90 refletem-se diretamente sobre essas expectativas geracionais. A disseminação e o acesso ao consumo, a entrada na sociedade tecnológica, o bônus populacional fazem sentir-se, no Brasil, já assimilados ao projeto neoliberal da economia e ao projeto pós-estruturalista na produção do conhecimento e da informação.

A inversão ideológica promovida por essas versões de desenvolvimento vai fazer confundir acesso ao consumo com cidadania, bem próximo ao que Milton Santos denuncia no livro *O Espaço do Cidadão*. A sociedade técnico-científica, que se emoldura pela sociedade

de consumo, traz como centro de suas expectativas sociais um projeto adaptação via profissionalização especializada, que viria atender as demandas específicas do mercado. O mercado passa a requerer e determinar as especializações que lhe são importantes. Anula as qualificações realizadas no próprio mundo do trabalho, o que significava custo, e passa a solicitar diretamente das próprias instituições de ensino que cumpram essa função, de provedoras de mão-de-obras especializadas ao mercado.

Aqui que a política neoliberal e o projeto pós-estruturalista se fundem numa unidade que será rapidamente assimilada pelas novas gerações, que passam então a reclamar uma mudança na perspectiva formadora no interior da Universidade e, por conseguinte, dos cursos. Os horizontes humanistas passam a ser confrontados com o olhar funcional-produtivista. Os reclames caminham na direção da especialização tecnológica e profissional, transferindo os debates da construção de uma democracia cidadã para uma sociedade tecnoburocrática de consumo. As ciências naturais e exatas passam rapidamente ao novo modelo, enquanto as ciências humanas sofrem na tentativa de adaptações de seus referenciais e metodologias.

A Universidade, portanto, vai adaptar-se a essas profundas transformações, sem, no entanto, refletir profundamente sobre os possíveis impactos da adoção desse modelo, assumindo pra si o risco e o ônus desse alinhamento.

REPENSAR A GEOGRAFIA

Aqui estamos nós da Geografia, nesse momento em que os ajustes políticos e institucionais do curso já foram viabilizados (Novo Estatuto e Regimento; PPCs; Novos regimentos internos, etc); momento em que estamos lidando com a busca da qualificação plena dos profissionais do curso e a devida adequação de suas produções e pesquisas aos mecanismos de hierarquização e competitividade das agências de fomento (CAPES/CNPq, p. ex.); momento de reestruturação, modernização e adequação infraestrutural. Assim a Geografia caminha passivamente em direção a adaptação.

As várias mudanças por qual passou a Faculdade de Geografia e Cartografia, a partir do início dos anos 2000, demonstram o caminho político adotado pelos que assumiram a intencionalidade do projeto profissional e institucional do curso, no entanto, a ampliação e as substituições ocorridas no quadro de docentes requerem de nós o esforço do olhar crítico sobre os novos rumos do curso, seu projeto e suas metas; sem o qual corremos o risco de sermos apenas coadjuvantes nas transformações recentes da Universidade e do ensino superior público em geral.

Ao nos colocarmos na condição de meros expectadores ou executores das políticas institucionais deixamo-nos enredar, servilmente, ao projeto de Universidade pensado a partir dos projetos políticos expostos anteriormente. Ao nos tornarmos meros tecnoburocratas ou tecnoprofessores assumimos uma posição político-ideológica clara, em defesa do modelo de sociedade e de pensamento que vem sendo adotado nas diversas esferas da ação pública, mesmo que não tenhamos consciência plena desse estatuto ordenador.

Os caminhos ainda estão abertos, nossas críticas ao nível acadêmico dos alunos e às suas opções não podem se restringir a constatação da fragilidade de suas formações ou ao reconhecimento da baixa qualidade do ensino nos mais diversos níveis de acesso. Essa fragilidade de argumentações somadas a baixa qualidade da formação apenas nos mostram a ‘ponta do iceberg’ de um problema muito maior, qual seja, a deterioração das condições gerais da educação e do existir, mesmo que ideologicamente disfarçados pelo aumento, e em alguns casos pela exacerbação, do consumo.

Vimos ao longo do processo de construção dessa nossa história recente que os momentos de maiores **ganhos qualitativos** aconteceram como resultado de uma forte ação política, articulada e sincronizada, entre professores, alunos e técnicos. Essa ação intencional e articulada, produzida nos 20 anos que se seguiram aos anos 80, alterou nosso paradigma de pensamento propondo uma crítica à Geografia institucional.

A continuidade dessa ação traduzida em projeto político produziu modificações importantes na estrutura institucional e na natureza pedagógica do curso de Geografia. Produziu também, inúmeras reformas que vão da melhoria das condições infraestruturais para o trabalho docente e discente, com a criação de laboratórios, grupos de pesquisas, espaços adequados para a pesquisa e orientação, as múltiplas reformas do pavilhão “E”, bem como serviu pra pressionar a gestão administrativa da instituição para reformas infraestruturais mais amplas.

Vimos também crescer como resultado desses movimentos reivindicantes o quadro de vagas da Faculdade; a multiplicação dos projetos de pesquisa e extensão; realizamos ainda a criação e ajustes de projetos pedagógicos norteadores do caminho profissional que apresentamos para a formação de nossos discente; e, porque não dizer, foi exatamente essa articulação ampla que garantiu a unidade e a respeitabilidade da Geografia no interior do escopo da administração superior.

Esse resgate histórico serve para nos lembrar e demonstrar de que não foi a Instituição, como um ente gestor em si mesmo, que garantiu, ampliou ou aperfeiçoou nosso desenvolvimento qualitativo recente (nossas repetidas 5 estrelas no Guia do Estudante, p.ex.),

mas que esses resultaram de um forte processo de construção política e do enfrentamento ao desmonte promovido no interior das Universidades, principalmente em relação as licenciaturas.

No entanto, ultimamente, as políticas do Governo Federal, têm produzido uma significativa redução de investimentos nas Instituições de Ensino Superior, essa ação tem gerado cortes de recursos em áreas importantes para a manutenção do formato de expansão proposto até então. Estão sendo diretamente afetados os laboratórios, infraestruturas, cursos novos, pós-graduação, a demanda de vagas. Some-se a isso os cortes de verbas nas principais agências de fomento, CAPES e CNPq, enfim, se observamos um momento importante de expansão da universidade, no instante atual esse ciclo expansionista está bastante refreado e em alguns setores até paralisado.

De qualquer modo, essa política de intervenção direta do Estado tem reforçado a cooptação do olhar acadêmico para a crença do Estado como provedor das transformações, mitigando as diferenças e contradições internas, perfilando horizontes acadêmicos e políticos, e diminuindo a crítica.

Passamos assim a observar a reforma da Universidade, não como resultado das tensões e contradições, mas, como resultado de uma ação de política de governo, invertendo, como já explicamos, os polos analíticos da questão.

Nesse mesmo movimento político, a desvalorização da **política como tensão** e a elevação da **política como gestão** perfazem no plano prático da Universidade o caminho já percorrido pelas políticas neoliberais e pelo pensamento pós-estruturalista, em relação a sociedade, arrematados que são pelo discurso de sustentabilidade e governança.

Buscamos com esse esforço analítico clarear alguns dos pontos ligados ao nosso desenvolvimento recente, e num plano mais geral elucidar algumas das mudanças na Universidade. Óbvio que os pontos aqui levantados não esgotam o papel do Ensino Superior e da Universidade Pública nas transformações da sociedade como um todo, mas servem para colocar nosso curso, e os caminhos possíveis, sob um olhar perspectivo e prospectivo.

Diante disso, cabe a nós refletirmos sobre qual postura orientará o futuro de nosso curso de Geografia, tendo em vista o papel que temos protagonizado na última década e os momentos políticos definidores que se aproximam. Cabe-nos definir e assumir os novos rumos de nossa ação interna e externa, bem como, apresentar ao Instituto e à Universidade nosso ponto de vista explicativo sobre sociedade, seu desenvolvimento e suas contradições, e construir, com nossos instrumentais científicos, explicações e mecanismos que auxiliem a

melhoria das condições de vida da população. Antes de uma intervenção científica sobre o espaço busquemos a construção política e coletiva desse nosso espaço-sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA UFPA 2018 – ANO BASE 2017.

RELATÓRIOS DE GESTÃO DA PROPLAN/UFPA. 2012.

RELATÓRIOS DE GESTÃO DA PROPLAN/UFPA. 2016.

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7ª. ed. SP: EDUSP, 2007.

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE. *Dívida pública e contrarreformas: previdência, trabalho e educação*. Brasília: ANDES-SN, n° 60, jul/2017.